

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.941 - IT (2019/0271365-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
JUSROGANTE : CORTE DE APELAÇÃO DE ROMA
INTERES. : M M S
PARTE : A S
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça italiana solicita que se proceda à citação de M. M. S. (CPF n. 016.276.738-22) de ação de homologação de decisão estrangeira de reconhecimento de paternidade e à intimação para **comparecimento a audiência marcada para o dia 27 de fevereiro de 2020.**

O Ministério Público Federal opina pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido, em razão da proximidade da data designada pela Justiça estrangeira para a audiência. Informa ainda o seguinte endereço alternativo para a localização da interessada: **Rua da Saudade, 101, Palmeiras, Serra Negra (SP)** (fl. 63).

É o relatório. Decido.

Acolho a manifestação do Ministério Público Federal, de que deve ser concedida a ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional" (art. 216-Q, § 1º, do RISTJ).

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 30 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

